

O Presidente da República e o Relatório apresentado pelo presidente do extinto C. F. S. P. C.

Extinto o Conselho Federal do Serviço Pú-
blico Civil, o sr. Luiz Simões Lopes, que o pre-
sidira, enviou um longo relatório ao sr. Presidente
da República, dando conta dos trabalhos rea-
lizados.

Tomando conhecimento desse relatório, o pre-
sidente Getulio Vargas assim se manifestou, em
telegrama que dirigiu ao sr. Simões Lopes :

*"Dr. Luiz Simões Lopes — Palácio do
Catete — Rio — Tendo lido e examinado o*

*relatório dos trabalhos extinto C. F. S. P. C.,
aproveito o ensejo para reiterar os louvores
que pessoalmente fiz aos seus dignos mem-
bros, pela inteligência e operosidade com que
se devotaram ao estudo e solução das delica-
das e complexas questões relativas à aplica-
ção da Lei 284, de 28 de outubro de 1936, que
estabeleceu e estruturou sob novos moldes
todos os quadros dos servidores do Estado.
Cordiais saudações. — Getulio Vargas".*

O Ministro da Educação e a Presidência do D. A. S. P.

Por motivo de sua escolha para a Presidência
do Departamento Administrativo do Serviço Pú-
blico, o sr. Luiz Simões Lopes recebeu do sr. Gustavo
Capanema, Ministro da Educação, o seguinte
telegrama:

*"Oficial — Dr. Luiz Simões Lopes —
DASP — Palácio do Catete — Rio — Tenho*

*prazer em cumprimentar prezado amigo pela
escolha para dirigir o DASP. Sua operosi-
dade, cultura e devoção aos interesses gerais,
já evidenciadas numa bela vida pública, mui-
to ilustrarão esse alto posto, assegurando ru-
mos fecundos ao novo órgão. Afetuoso abra-
ço. — (a) Gustavo Capanema".*

PESOS E MEDIDAS

Na lista das Nações que possuem departa-
mentos oficiais de Pesos e Medidas, o Brasil esta-
va primando pela ausência.

Com um vasto e fértil território, tendo o maior
parque industrial da América do Sul, toda a sua
produção estava sendo pesada e medida sem ser
possível afirmar que os mesmos valores de medi-
da estavam sendo empregados, com as tolerâncias
permissíveis.

Isso não impedia, contudo, que todos os anos
as municipalidades dos principais centros do país,
zelosamente cobrassem as taxas e licenças, para
aferição e uso dos aparelhos de medir que o co-
mércio e a indústria são obrigados a empregar.

Caso quisessemos saber, porém, si os pesos
e medidas conservados como padrões por êsses
governos municipais teriam variado no intervalo
de duas cobranças das taxas e licenças, a respos-

ta a essa indagação, por demais lógica no ponto de vista técnico, embora um tanto desrespeitosa para a municipalidade, seria que impossível se tornava tal verificação, a menos que se remetesse os padrões primários (primários no caso que consideramos) ao estrangeiro para o devido confronto com os protótipos de valor internacional.

Essa situação — que nos parece anormal e contraditória, não só devido ao estado atual da civilização, como pela insegurança que produzia na produção e nas trocas, dando margem a que a mesma medida variasse de um lugar para outro — é ainda mais tristadora, pelo fato de já termos estado muito mais adiantados nesses assuntos, podendo mesmo dizer-se que, no tempo do Império, fomos pioneiros da padronização dos pesos e medidas. O Brasil possuiu um dos primeiros protótipos do metro-padrão fabricados no mundo, consistindo numa régua, que inexplicavelmente apareceu, há coisa de três anos, numa repartição pública, com sinais evidentes de que, durante o período do desaparecimento, a sua finalidade tinha sido inteiramente esquecida e nem mesmo o seu valor intrínseco de metal precioso era conhecido.

Essa descoberta — que hoje pode ser contada em público, pois que o Estado Novo procura remover todo o entulho da desordem e desleixo que pesava sobre a administração pública, para pôr ao vivo as verdadeiras trilhas da nacionalidade — tem certamente qualquer coisa de arqueológica, embora não tenha produzido sinão tristeza aos que mediram, com esse fato, a extensão da derrocada das últimas décadas.

Tinha-se perdido a memória de que a régua era um dos primeiros metros padrão, fabricados após uma Convenção Internacional, e que o Brasil, pelo fato de possuí-lo, podia arrogar-se o direito de ser considerado veterano no campo da Metrologia.

Esse metro padrão foi mostrado em uma conferência realizada no Instituto Nacional de Tecnologia pelo Dr. Costa Ribeiro e está hoje guardado na Casa da Moeda.

Felizmente, o decreto lei n.º 592, de 4/8/938, criando o Serviço de Pesos e Medidas, vai recolocar nosso país no nível em que já esteve.

Certamente que o esforço agora terá que ser muito maior para se recuperar o tempo perdido. Si o serviço de Pesos e Medidas tivesse se desenvolvido normalmente, acompanhando a marcha da

nossa expansão industrial, teríamos hoje um Instituto modelar para tratar dessas questões, pois não faltam aos técnicos brasileiros nem competência nem desejo de trabalhar.

Foi feliz a idéia de entregar ao Instituto Nacional de Tecnologia o encargo da guarda dos padrões, das aferições e a fiscalização dos valores dos Pesos e Medidas de uso comercial e industrial.

Essa adjudicação é lógica e se ajusta perfeitamente ao campo que vem sendo cultivado pelo I. N. T.

O contato diário com as necessidades industriais, o exame sistemático dos produtos da nossa manufatura, conferem ao Instituto uma grande autoridade junto àqueles que mais lucrarão com o estabelecimento do serviço de Pesos e Medidas no Brasil. O serviço de Pesos e Medidas assim localizado pôde conjugar ainda mais a ação do Instituto Tecnológico com a indústria.

Em outro setor lucrará o Instituto Nacional de Tecnologia e, com ele, o país. A questão da definição, guarda e aferição dos pesos e medidas e determinação das constantes universais provoca as investigações científicas mais sedutoras e complicadas.

Assim, por exemplo, a definição do metro hoje se faz, segundo a Convenção Internacional de Pesos e Medidas de 1927, com o comprimento de onda de uma certa luz e o êrro com que se poderia reproduzir o padrão de medida, caso ele fosse destruído, seria inferior a um décimo milionésimo de milímetro.

Para se chegar a esse resultado, as mais delicadas medidas de física foram realizadas. Assim também, a guarda e o manejo para fins de aferição dos padrões de massa exigem uma técnica e uma aparelhagem complicadíssima. A balança de Stuckrath, usada no Bureau of Standards, que tem nos E. U. as atribuições ora delegadas ao Instituto Nacional de Tecnologia, é capaz de pesar um kg. com a precisão de um centésimo de milígramo, e é suficientemente precisa para acusar a diferença de atração da terra quando se desloca o protótipo de massa de 5 centímetros, no sentido vertical.

Assim novos rumos se abrem, com o decreto-lei n.º 592, à Tecnologia no nosso país, e os nossos votos são para que em breve o Brasil possa figurar dignamente entre as nações vanguardistas da Metrologia.

O plano rodoviário do Estado da Baía

Para melhor ajustamento às atuais condições econômicas do Estado, cujos interesses gerais precisavam ser melhor consultados, o plano de construções rodoviárias aprovado em dezembro de 1937 exigia uma revisão. Foi o que fez o Governo do Estado, pelo Dec. n. 10.900, de 2 de agosto último, que não somente fez uma nova e melhor articulação do conjunto, como estabeleceu novas linhas-troncos e sub-troncos, determinou as condições técnicas de construção e os requisitos de preferência na execução dos vários ramais.

O novo plano abrange uma extensão de 6.127 quilômetros de rodovias a construir por parte do Estado, assim distribuídos:

RÊDE SUL servindo à mais importante zona econômica do Estado, por ser a de localização da lavoura cacaueira, com uma extensão de 2.018 quilômetros. Parte de Santo Antonio de Jesus passando por Gandú, Rio Branco, Santa Clara Nazaré, Valença, Jaguaripe, Santa Inês, Tape roá, Jaguaquara, Bôa Nova, Funil, Palestina, Conquista, Encruzilhada e Santa Cruz, com ramais para Porto Seguro, Alcobaça, Caravelas e Mucuri.

Completa-se o aparelhamento rodoviário dessa opulenta zona com as construções a cargo do Instituto de Cacau, as quais foram incluídas, num expressivo índice de cooperação eficiente, ao Plano geral do Estado. As linhas desse grupo servem às seguintes localidades, numa articulação inteligentemente econômica: Guandú, Funil, Pirangi, Macuco, Xapurí, Rio Branco, Sucador, Rio Pardo, Lombardia, Rio Novo, Barcelos, Ihéus e Água Preta, além dos ramais de Itapira, Arraial, Pimenteiras, Morro Redondo, Barro Preto, Jussarí e Pindorama. O contingente de construções a cargo do Instituto de Cacau atinge a cifra de 493 quilômetros.

RÊDE CENTRAL ou de coordenação dos transportes, abrangendo nos seus 1.370 quilômetros as linhas de Contendas, Brumado, Jequié,

Barra de Estiva, Rio de Contas, Livramento, Paramirim, Riacho de Santana, Conquista, Caetité, Lapa, Monte Alto, Malhada, Condeúba, Itaberaba, Ruí Barbosa, Capivari, Mundo Novo, Bôa Vista, Tamburí, Itaité, Andaraí, Maracás, Jaguara, Brejões e Amargosa.

A êsse plano, que parte da estação terminal, da E. F. Central da Baía, está atribuída a função de coordenar os vários sistemas de transporte do Estado, pondo a região central em contato com todas as vias de comunicação, para melhor intercâmbio econômico-social.

PLANO RADIAL ou de convergência para a capital, compreendendo as linhas: Baía-Espírito Santo, Baía-Minas-Rio, Baía-Goiás, Baía-Piauí, Baía-Pernambuco, Baía-Sergipe e Estrada Leste-Oeste.

Esta última linha tem uma grande finalidade de aspecto social, alem de outras fora de qualquer discussão: promover a fixação na zona sul do Estado, tão carente ainda de braços, dos elementos corridos pela inclemência do meio e levados pelas facilidades oferecidas em outros setores.

Abrange essa rôde, com os seus 2.065 quilômetros de extensão, as localidades, dentro do Estado, de Cipó, Cícero Dantas, Geremoabo, Paulo Afonso, Cachoeira, Santo Antonio de Jesus, Itaberaba, Andaraí, Lençóis, Seabra, Oliveira dos Brejinhos, Barreiras, Mucugê, Barra da Estiva, Brumado, Jacarací, Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Jacobina, Barra, Rio Preto, Lapa, Santa Maria e Correntina.

RÊDE DO RECONCAVO destinada a completar racionalmente o plano de fomento agrícola ora desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, com o total de 674 quilômetros. Articula entre si e com a Capital as seguintes localidades: Afonso Pena, São Felipe, Maragogipe, Nazaré, Castro Alves, São Roque, Mata, Pojuca, Riacho da Guia, Esplanada e Conde.



O Dec. n. 10.910, de 16 de agosto aprovou e adotou o programa de construção das rodovias que integram o plano, em um período de dez anos. assegurando assim a continuidade de ação administrativa, de muito valor em realizações de tal porte.

A distribuição anual das estradas a construir será feita antes de iniciado cada exercício, assegurando-se, então, os recursos indispensáveis à realização perfeita das construções. Todavia essa distribuição obedecerá, o mais possível, à orientação geral já determinada nas instruções que completam o Plano, estabelecida em função dos recursos do erário público e das probabilidades econômico-financeiras do Estado.

Para que não viesse a sofrer a continuidade construtiva, asseguratória da efetivação integral do Plano, foram tomadas providências de molde a prever com os necessários recursos financeiros a marcha dessa realização. Essas medidas estão consubstanciadas no Dec. n. 10.931, de 24 de agosto, pelo qual foi criado o "Fundo Rodoviário".

Esse decreto estabelece que o "fundo", constante de uma conta especial aberta na Secretaria da Fazenda, compor-se-á de:

uma dotação orçamentária equivalente a 10%

do total das rendas tributárias apreciado no exercício anterior;

70% das restituições da taxa de café;

70% dos impostos de "indústrias e profissões" dos negociantes de gasolina e querozene;

30% do saldo orçamentário acaso verificado no exercício anterior.

Em nenhum caso a dotação orçamentária será inferior ao *quantum* indispensável ao programa mínimo em cada ano.

Já se acham em execução as providências preliminares para efetivação do Plano. Assim é que já foi estabelecido o programa preferencial e quantitativo para 1939, cujas linhas estão já com os seus estudos, uns concluídos, outros em via de conclusão. Foi prevista uma extensão de 425 quilômetros, em linhas que servirão às regiões de maiores possibilidades econômicas e mais facilidades de compensação das despesas.

Também estão sendo experimentados vários equipamentos para mecanização dos trabalhos de construção, ao mesmo tempo que se faz o treinamento do pessoal operário, visando uma seleção mais proveitosa à eficiência e rapidez dos serviços.

LEGITIMO



JOHANN FABER

EFICIÊNCIA !

EFICIÊNCIA

em toda a linha...

é a preocupação máxima dos fabricantes dos lapis JOHANN FABER autenticados com os "Dois Martelos"

TECIDOS MARCA ANDORINHA

A marca brasileira que se impôs no estrangeiro

DISTRIBUIDORES

Seabra & Cia.

A ASSINATURA DA

"REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO"

custa apenas 30\$000 por ano
(doze exemplares)

Faça hoje mesmo seu pedido
de assinatura sob vale postal
ou cheque bancário —

— Administração da "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO" — Palácio do Trabalho - 6.º andar — RIO

CHRISTIANI & NIELSEN
ENGENHEIROS - EMPREITEIROS

ESPECIALISTAS EM CONSTRUÇÕES DE CONCRETO ARMADO

Rio de Janeiro - Avenida Nilo Peçanha, 151 - 2.º andar
Baía - Aracajú - Santos - S. Paulo - Belo Horizonte

PANAL S. A.

COMPANHIA NACIONAL DE ÓLEOS MINERAIS

Séde:
RUA SÃO BENTO N. 45
Telephone 2.3935
SÃO PAULO

Usinas:
RUA SANTOS DUMONT, S/N
Caixa 37 — Phone, 540
TAUBATÉ
Jazidas em **TREMEMBÉ**

Escriptorio;
AVENIDA RIO BRANCO, 128
15º andar - 1.509-11
Teleph. 42-7122
RIO

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO

FUNDADO EM ABRIL DE 1935

Autorizado a funcionar pela Carta Patente n. 1235 do Ministério da Fazenda de 29/3/935

MATRIZ ·

65 — RUA DO CARMO — 67
Fone: 23-5911 — Caixa Postal 919
RIO DE JANEIRO

CAPITAL 12,000,000 \$000

End. Teleq. «MUNBANCO»

FILIAL :
57 — RUA BOA VISTA — 61
Fone : 2-5149 — Caixa Postal 2980
SÃO PAULO

BALANÇE DA MATRIZ E FILIAL ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

ATIVO

PASSIVO

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1938.

José Maria Fernandes — Presidente.
Arthur de Castro — Gerente da Matriz.

Victor Fernandes Alonso — Vice-Presidente.
Adhemar Leite Ribeiro — Superintendente.
F. Fernandes Rubio — Chefe Contabilidade.
Domingos Fernandes Alonso — Director.
Joaquim Alegria dos Santos Callado — Gerente da Filial.

COMPANHIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES S. A.

RUA 1: DE MARCO, N. 6 - 5º ANDAR — Fone 23-2141 - End. Teleg. "CIACOM" — RIO DE JANEIRO

Construções: urbanas, rodoviárias e ferroviárias.

Imóveis: vendas de casas e terrenos, a preços de ocasião, em ótimas situações — COPACABANA, rua SAINT ROMAN; na estação de OSVALDO CRUZ, ruas FREI BENTO, SOUSA CALDAS, GUARAREMA e ESTRADA DO SAPE' e na estação de MERITIBA, rua INCA.

Material rodante: Construção e reparação de carros da Estrada de ferro;

O Estado do Paraná sob a administração do Sr. Manoel Ribas

O sr. Manoel Ribas está realizando, à testa do governo do Estado do Paraná, uma administração por todos os títulos notável. Desejosos de obter algumas informações sobre as realizações do governo de S. Excia., procurámos ouvir o sr. dr. João de Oliveira Franco, secretário da Fazenda daquele Estado. Atendendo-nos solicitamente, S. S. fez-nos, a respeito, o relato que transcrevemos a seguir :

"S. Ex., o Sr. Manoel Ribas, quando em fevereiro de 1932, assumiu o governo do Paraná, encontrou o Estado em verdadeira situação de insolvência e penúria. A dívida interna consolidada e flutuante excedia a cem mil contos de réis. A dívida externa atingia à cifra de noventa mil contos de réis. O funcionalismo público com os seus vencimentos atrasados. O pagamento dos juros e apólices sorteadas, suspensos. Além disso, imperava o fator desconfiança, pois que promissórias emitidas pelo governo do Estado não foram resgatadas nos prazos fatais, o que contribuiu para que esses títulos fossem transacionados com 80% determinando a grande crise no comércio e consequente colapso na vida econômica do Estado.

"Por outro lado, as rendas estaduais decresciam inquietantemente tanto assim que a receita arrecadada no exercício de 1932, quando S. Ex. foi investido nas funções de interventor federal no Estado, montou em vinte e três mil, setecentos e trinta e nove contos, quatrocentos e dezoito mil, cento e doze réis, contra uma despesa efetuada de vinte e sete mil contos !

"Graças ao seu tino administrativo e à confiança nas suas virtudes de administrador, o Estado entrou em verdadeira fase de reabilitação econômico-financeira, tanto que, independente de aumento ou criação de novos impostos, a receita elevou-se nos exercícios de 1933 a 1937, a réis 25.140:397\$897 — 33.413:832\$397, 44.963:106\$200, 52.596:593\$700, 49.861:237\$500, contra uma despesa de réis 24.111:787\$955, 31.343:224\$723, 35.864:853\$800, 44.919:675\$900, 50.151:685\$900, respectivamente.

"Destes dados verifica-se, não só o absoluto equilíbrio

orçamentário, mas principalmente a compressão de despesas de tal forma que, nos exercícios de 1935 e 1936, resultou um superávit de 16.775:191\$200. E essa compressão de despesas foi feita para a execução de um plano bienal para abertura e construção de rodovias, grandes edifícios e melhoramentos na Foz do Iguaçú, com o objetivo de nacionalizar aquela zona confinante com outros países, grupos escolares em todos os municípios do Estado, escolas profissionais e rurais, ginásios e escolas normais, incremento da produção e eficiente obra de assistência social, que conseguiu levar a efeito no exercício de 1937, continuando o mesmo programa de realizações em 1938, para cujo exercício transportou ainda do mencionado superávit, a importância de 3.279:673\$000. A receita para o exercício de 1938 foi orçada em 53.800:000\$000. Entretanto, o 1.º semestre do corrente exercício acusou um superávit, de mais de 8 mil contos, em relação a igual prazo do exercício de 1937.

"Com o apoio moral e material do eminente chefe da Nação, senhor Getúlio Vargas, realizou o sr. Manoel Ribas a consolidação e unificação da Dívida Interna, e vem atendendo, com a precisa regularidade, aos serviços de amortização e juros e, no que diz respeito à Dívida Externa, cumpriu, com pontualidade, as obrigações estipuladas no esquema Osvaldo Aranha. Vem ainda depositando no Banco do Estado do Paraná as prestações relativas aos serviços da mesma Dívida Externa, que de £ 1.000.000 está reduzida a £ 668.900, e de 4.860.000 dólares está reduzida a 3.444.000. Os funcionários do Estado, que tiveram seus vencimentos melhorados, vêm sendo pagos com absoluta pontualidade. As contas do Estado, por sua vez, são processadas e pagas com toda regularidade. Eis, em resumo a grande obra, no setor financeiro do Paraná, realizada, sob os mais sinceros aplausos do povo paranaense, pelo sr. Manoel Ribas.

"Passemos agora às importantes construções realizadas, igualmente, no curto espaço de 6 anos de governo, por esse mesmo interventor, que recebeu o Estado em situação aflitiva acima aludida. O sistema rodoviário do Paraná foi adaptado às necessidades do transporte, afim de estimular e bem servir a produção. Para isso construiu 700 quilômetros de estradas novas, reconstruiu 3.500 quilômetros de rodovias.

"Uma das grandes realizações do sr. Manoel Ribas é a construção do Porto de Paranaguá, com o seu cais de atracação, armazens e aparelhamentos modernos e aperfeiçoados, invertendo nessa obra e outras, o referido município, a importância de 13.986:621\$000.

"Mais de 50 grupos e casas escolares foram edificados no Estado, obedecendo às exigências da pedagogia contemporânea. E' mister registarmos a construção da Escola Normal de Jacarézinho, a ampliação do Ginasio Regente Feijó, de Ponta Grossa, a construção do Quartel da Polícia Militar, e especialmente da rodovia, que liga o Porto de Paranaguá ao Septentrão paranaense. A Escola de Trabalhadores Rurais — Carlos Cavalcanti, em Curitiba, e as suas congêneres de Ponta Grossa, Castro e Canguiry, constituem a primeira realização racional para a formação prática de agricultores, além de envolver alta finalidade social, pois substituiram, com vantagem, os asilos de menores, ainda tão em uso no país.

"A Escola de Pescadores da Ilha das Cobras, em Paranaguá, a Escola de Reforma do Canguiry, as reformas na Penitenciária, a ampliação do Sanatório de Tuberculosos, na Lapa, e do Leprosário S. Roque, a construção de modelar preventório na cidade de Castro, para as crianças debeis e pretuberculosas, são obra que, no setor da assistência social, recomendam por si um administrador.

"Para incrementar a produção e a industria do algodão e do linho, reduziu de 80% os impostos, e isentou de todos os tributos a primeira usina que, com maquinários modernos, se instalar no Estado para produção do óleo vegetal. Tem S. Ex. procurado, dentro das possibilidades financeiras, incentivar a produção do trigo, que no ano de 1937, já apresentou uma colheita de 24 milhões de quilos, quantia essa suficiente para abastecimento de um terço da população paranaense. Grande desenvolvimento vem tendo ainda a cultura da cevada, do centeio, da aveia, etc.

"No tocante à pecuária, promoveu o seu reerguimento e a melhoria dos rebanhos do Estado, como ainda há bem pouco o povo paranaense teve a oportunidade de verificar na grandiosa Exposição Agro-Pecuária, realizada na cidade de Ponta Grossa.

Em síntese, o benemérito governo do sr. Manoel Ribas, no Paraná, tem sido fecundo de realizações, das quais estão se beneficiando todos os municípios do Estado, invertendo o governo, nessas obras, a apreciável soma de 41.686:636\$000 no decurso de apenas seis anos de administração, apesar da situação, como já dissemos, de insolvência e penúria em que encontrou o Paraná.

"E' assim que o Paraná está absolutamente integrado no Estado Novo, seguindo a política construtiva iniciada pelo sadio patriotismo do grande presidente Getulio Vargas".

XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro

Terá início a 12 de outubro próximo a XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, anualmente realizada pela Prefeitura do Distrito Federal.

A notável evolução alcançada por essa exposição de produtos nacionais e estrangeiros, desde a sua instituição até o presente, não encontra termo de comparação no país e o apoio a ela prestado pelo Governo da República se justifica plenamente pela utilidade e pelos efeitos, realmente lucrativos, sob todos os aspectos, para a economia nacional.

Instituída pelo decreto nº 2.732, do prefeito Antonio Prado, teve inicialmente a denominação de Feira de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, que indicava o seu caráter de certame mu-

nicipal, de objetivos econômicos e comerciais es- tritamente locais.

Uma nova fase se inaugurou com a transformação da primitiva na atual Feira Inetrnacional de Amostras, que tem progredido de ano para ano a largos passos, grangeando o prestígio de que ora desfruta, quer no Brasil, quer nos países que conosco mantêm relações comerciais.

Por outro lado, abertos os "stands" ao público, exerce a Feira uma elevada função educativa e a atração que ela exerce está patenteada no registro de um número cada vez maior de visitantes, atingindo aproximadamente um milhão em 1937.

Essa acorrência de visitantes e expositores pode ser apreciada no quadro seguinte, mostrando as animadoras perspectivas da próxima exposição:

ESTATISTICA DAS FEIRAS INTERNACIONAIS DE AMOSTRAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1928 A 1937

I	1928	Julho	Visitantes	99.588	Expositores	162	Área locada	1.425 m ²
II	1929	Julho	Visitantes	137.506	Expositores	198	Área locada	1.937 m ²
III	1930	Agosto/Setembro	Visitantes	288.144	Expositores	242	Área locada	3.400 m ² Chuvas 50%
IV	1931	Julho/Agosto	Visitantes	178.662	Expositores	241	Área locada	3.762 m ² Chuvas 25%
V	1932	Junho	Visitantes	193.390	Expositores	383	Área locada	4.851 m ² Chuvas 22%
VI	1933	Outubro	Visitantes	453.798	Expositores	404	Área locada	5.546 m ² Chuvas 33%
VII	1934	Out./Novembro	Visitantes	340.339	Expositores	742	Área locada	10.797 m ² Chuvas 15%
VIII	1935	Out./Novembro	Visitantes	450.799	Expositores	409	Área locada	9.524 m ² Chuvas 50%
IX	1936	Out./Novembro	Visitantes	514.759	Expositores	365	Área locada	9.214 m ² Chuvas 42%
X	1937	Out./Novembro	Visitantes	960.342	Expositores	578	Área locada	11.732 m ²

Distrito Federal, 8 de Janeiro de 1937.

OBSERVAÇÃO: — A comparação dos visitantes é feita para 30 dias de funcionamento da Feira.

Cabe o êxito crescente das Feiras Internacionais de Amostras ao apoio que lhes é prestado pelo Sr. Presidente da República e pelo Prefeito do Distrito Federal, bem como à organização inteligente que lhes é dada pela Diretoria de Turismo e Propaganda, ora sob a direção do dr. Georgino Avelino, vitorioso já com o "record" conseguido no ano próximo findo.

Iguais louvores merece o sr. Atila Soares, secretário do Interior do Governo carioca, a cuja Secretaria está subordinada a Diretoria de Turismo e Propaganda.

Do esforço conjugado dessas autoridades, orientado por um sadio patriotismo, resultam os inúmeros benefícios econômicos e culturais da Feira Internacional de Amostras.

O sr. Georgino Avelino prepara atualmente a montagem da XI Feira Internacional de Amostras. Todo carinho tem dispensado para corresponder à confiança dos altos poderes da República e do Município.

Falando sobre esse grande empreendimento, assim se manifesta o diretor de Turismo e Propaganda do Distrito Federal:

— "Partindo do ponto de vista da frequência, dos 99.000 visitantes iniciais chegamos ao 1.000.000 aproximado em 1937, o que é uma

diferença animadora, até quanto ao grande aumento de renda. O aspecto financeiro, porém, não é o mais digno de atenção. E' desnecessário encarecer o efeito social e educativo desses certames municipais. Nos 30 dias de seu funcionamento, a população carioca e visitantes de outras partes do país podem adquirir a noção visual do nosso progresso e observar as proporções de nosso intercâmbio com o exterior.

"A Feira exprime, também, um grande valor turístico, como elemento de atração para a capital da República. Coincidindo com a estação do turismo internacional, ela oferece perspectivas e acontecimentos de maior interesse para o itinerante, não só pelo seu conjunto de festividades como de curiosidades dignas de ser vistas.

"Pela sua universalidade e êxito, as Feiras Internacionais são instituições fadadas a se desenvolverem incessantemente. Prevendo essas finalidades é que o Governo Federal, pela mão do Presidente Getulio Vargas, tem progressivamente amparado o nosso certame municipal, não só dando-lhe a exclusividade do caráter internacional entre as demais iniciativas análogas do país, como amparando-a por uma série de providências concretizadas no decreto 24.163, de 24 de abril de 1934, por cujo artigo V lhe confere isenção provisória de direitos aduaneiros para

mercadorias etc., descontos em fretes e passageiros das empresas de navegação e ferroviárias da União ou por ela subvencionadas, além de isenção de impostos.

"A Feira de 1937 foi a primeira esplêndida vitória da administração do prefeito Henrique Dodsworth. Nela foram locados 11.732 m² para 578 expositores, número "record" si se tiver em vista os 365 de 1936.

"Embora não devendo constituir elemento de renda para os cofres municipais, visto tratar-se de um empreendimento do mais alto valor educativo e cultural, as Feiras têm seguidamente produzido o bastante para os gastos com a sua própria realização.

"Com os seus 800 contos de renda de porta e 470 contos de locação de áreas, a Feira de Amostras produziu o bastante para fugir à desanimadora hipótese dos "deficits".

"Este ano, no correr da sua preparação, a Diretoria de Turismo e Propaganda, a cuja testa me encontro como expressão da confiança do Prefeito Henrique Dodsworth e do Secretário do Interior, Cmte. Atila Soares, tive de enfrentar o cancelamento de várias representações estrangeiras, em virtude da iminência da guerra europeia julgada inevitável. Alemanha, França, Polônia, Checoslováquia e Holanda deixaram de comparecer. Não obstante, além de expositores indi-

viduais desses países, cuja fidelidade muito nos sensibilizou, alguns Estados brasileiros deliberaram representar-se oficialmente, de modo a conferir à XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro o cunho de uma afirmação do Estado Novo e de comunhão das forças produtoras do país com o regime de 10 de novembro.

"Entre êsses Estados convém salientar Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A representação do Estado do Rio de Janeiro, deliberada pessoalmente pelo ilustre interventor comandante Amaral Peixoto, vai ser das mais adiantadas e atraentes. A do Rio Grande do Sul apresentará o seu conjunto de atividades industriais e de riquezas agrícolas privilegiadas. São Paulo, como campeão da indústria nacional, comparecerá mais uma vez de modo inimitável. E o Distrito Federal, querendo acentuar a identificação com o seu certame, a ele comparecerá oficialmente, por determinação do Prefeito Henrique Dodsworth.

"Eis, em poucas palavras, o que é possível dizer da Feira de Amostras de 1938, nas vésperas da sua inauguração e absorvido pela intensidade de trabalho que ela requer, para inauguração a 12 de outubro, como decidiram os poderes públicos municipais e o esperam a simpatia e o entusiasmo de todo o Rio de Janeiro.

SÃO PAULO INTEGRADO NO ESTADO NOVO

O advento do governo do Sr. Ademar de Barros inaugurou em São Paulo o Estado Novo. O feitio da mentalidade do interventor federal, nessa importante unidade da Federação Brasileira, rasgou rumos novos à administração, pois firme se manifestou desde a primeira hora o seu desejo de integrar o grande Estado dentro do espírito da Carta dada à nação a 10 de novembro de 1937. Não surgiu no cenário político de São Paulo o Sr. Ademar de Barros, com o propósito implacável de justiçador, dando à sua autoridade a teatralidade de quem, por golpes de mágica, processe fulmínea renovação, operando milagres. Todas as atitudes precipitadas importam em irremediáveis desacertos. Sereno e prudente, iniciou o seu governo por um detalhado estudo dos vários setores da administração, agindo com critério e firmeza, não se detendo diante de considerações de qualquer ordem, quando se tratou de realizar os imperativos do novo estado de coisas inaugurado em 10 de novembro.

Usando de uma linguagem inédita, clara e simples, começou por marcar, com nitidez, o seu programa. Seus discursos tiveram a melhor repercussão, porque todos os paulistas viram desde logo que animava sua energia moça, o propósito de contar com a cooperação de todos, sobrestando às extintas correntes partidárias, governando acima de interesses de grupos, para desdobrar sua ação dentro do interesse geral.

Nesse ponto, a missão se lhe apresentou fácil. O povo paulista nunca teve apego entranhado aos partidos. Estes, dividindo, emperrando a ação da administração pública, serviam apenas para abrir dissensões, semear antagonismos, provocar lutas estereis. A decisão do Sr. Ademar de Barros de colocar o governo no seu lugar legítimo, isto é, onde se inserem os interesses mais vivos da economia e da cultura bandeirantes, ganhou-lhe a adesão de todos os que trabalham e progridem unindo-se, assim, as classes conserva-

doras ao operariado, para apoiarem quem prometia e realizava a união dos paulistas dentro da causa da nação.

Prova desse apoio deu-a, em público, a classe proletária, numa manifestação que ficou memorável nos anais da vida cívica de São Paulo. Apoio integral deram-lhe as classes conservadoras, que veem o interventor empenhado em estudar e dar justa solução aos seus problemas.

Esses problemas, naturalmente, não se resolvem a golpes de decretos. Pedem a prudência do administrador, ponderação e estudo. A sua solução dedica o interventor o melhor do seu desvelo, agindo com decisão, consultando sempre os interessados das várias classes, processando medidas cujo acerto se controla pela maneira satisfatória com que estão sendo recebidas pelos paulistas.

Desde o inicio tratou de comprimir as despesas, extinguindo, sem hesitação, o que era inútil e custoso ao Tesouro do Estado. Isso não importou numa diminuição da atividade administrativa; ao contrário, aliviou-as de serviços ou cargas atravancantes e onerosas. Por outro lado, procurou fomentar a produção, dedicando especial carinho ao estudo do problema dos transportes.

Os produtos basilares da economia paulista têm sido objeto da sua demorada atenção, procurando as soluções dos problemas que lhe são inerentes, na consulta dos interessados. A complexidade de tais problemas, que se ligam diretamente à própria economia nacional, requer para a criação de medidas de despesa, o máximo de prudência. Toda precipitação importaria em incidir nos erros do passado, no qual a emergência das medidas de caráter artificial, longe de solucionar as várias crises, não fizeram mais que acirrá-las. Daí o dobrado trabalho que cabe ao chefe do executivo paulista: remediar o que está mal feito e rasgar novos rumos. Para tal empreitada não lhe faltam nem clarividência, nem bravura, nem patriotismo.

E' munido dessas virtudes que se entregou à árdua tarefa, trabalhando, sem levar em conta a idéia do tempo, porque o que mais caracteriza o novo interventor paulista é seu amor ao trabalho. Dotado de admirável organização física, seus auxiliares têm visto S. Ex. desdobrar-se no governo, numa ação admirável, cujos frutos já vêm sendo colhidos pelas operosas e cultas populações do grande Estado bandeirante.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

PECULIOS EM VIGOR RS.	763.129.000\$000
RESERVAS TÉCNICAS.....	RS. 77.602.921\$000
OUTRAS RESERVAS.....	RS. 29.084.843\$200
TOTAL.....	RS. 106.687.764\$200

Balanço da Matriz, Agências e representações nos Estados, em 31 de Dezembro de 1937

ATIVO	PASSIVO
Imoveis.....	35.202.350\$000
Obras diversas.....	2.059.159\$800
Almoxarifados.....	345.185\$400
Móveis e utensílios.....	798.585\$400
Máquinas e ferramentas.....	15.554\$100
Veículos.....	49.415\$700
Caixa.....	4.376.137\$000
Representações nos Estados.....	130.822\$200
Devedores diversos.....	2.467.428\$400
Govêrno Federal — C/Art. 2º — Dcc. 24.565.....	4.416.942\$700
Empréstimos.....	65.539.680\$600
Títulos de renda.....	58.000\$000
Contas de regularização.....	534.180\$200
Contas de compensação.....	77.371.665\$800
	193.365.157\$300
Reservas e fundos.....	106.687.764\$200
Alugueis afiançados a pagar.....	235.219\$500
Faturas e contas a pagar.....	71.992\$400
Pecúlios a pagar.....	1.181.538\$400
Depósitos em conta corrente.....	4.212.488\$300
Depósito de amortizações — Sec. Predial.....	2.283.656\$500
Credores diversos.....	1.009.192\$700
Contas de regularização.....	311.639\$500
Contas de condensação.....	77.371.665\$800
	193.365.157\$300

A nova política cafeeira do D. N. C.

A reconquista dos mercados estrangeiros — "Record" de exportação — A efetivação do sr. Jaime Guedes na Presidência do D. N. C.

A exportação de café pelos portos brasileiros, durante o mês findo, atingiu a 1.302.906 sacas, o que constitue novo "record" para os meses de julho.

Continua, portanto, a exportação nacional de café a alcançar números bastante satisfatórios e que representam, na realidade, a reconquista dos mercados consumidores, com benefícios extraordinários para a economia brasileira em geral e, particularmente, para a lavoura cafeeira.

Um telegrama de New York, do corrente mês, traz-nos a prova dessa afirmativa. Segundo dados colhidos pela Bolsa daquela cidade, o consumo mundial de café foi, em julho último, de 2.339.368 sacas, contra 1.973.962 em julho do ano passado. Significa isso que todos os "records" anteriores foram batidos. Diz ainda o citado despacho de New York :

"O consumo, nos Estados Unidos, foi de 1.254.368 sacas, contra 916.982 em julho do ano passado, enquanto na Europa foi de 960.000, contra 870.000 em julho de 1937. Mais uma prova do êxito que vem obtendo o Brasil na reconquista dos mercados parcialmente perdidos, foi o fato de haver esse país exportado em julho 1.537.563 sacas, isto é, 539.296 sacas a mais do que no mesmo período de 1937, ao passo que decresceram as exportações de outros países. A percentagem do aumento da exportação brasileira foi de 66,6 nos Estados Unidos, 41,8 na Europa e 33,7 em outras regiões. Quanto às exportações de outros países, si tiveram, nos Estados Unidos, o ligeiro aumento de 3,3 cairam, todavia, 19,8 na Europa. Coincidindo com esse aumento "record" do consumo

mundial, os stocks de café do Brasil foram reduzidos, em 1.º de agosto, a 6.988.000 sacas, contra 7.215.000 no mês anterior".

Aí estão objetivamente expostos os resultados da atual política cafeeira do Brasil, traçada em novembro último pelo Ministro Sousa Costa e que vem sendo executada, desde então, com a maior firmeza, pelo sr. Jaime Fernandes Guedes, presidente do Departamento Nacional do Café.

O sr. Jaime Guedes, que acaba de ser efetivado no cargo de presidente do D. N. C., prosseguirá no cumprimento da política cafeeira posta em execução pelo Estado Novo. O fato de haver sido efetivado nesse alto posto é traduzido como justa recompensa aos serviços por élé prestados ao país, o que constitue, por certo, ao executor da política cafeeira, em tão boa hora encetada pelo Governo nacional, motivo de orgulho. Como consequência dos esforços do sr. Jaime Guedes, na exata realização dessa política, o café brasileiro volta a dominar os mercados consumidores, observando-se um aumento contínuo nas nossas exportações.

Visando imprimir um desenvolvimento ainda mais acelerado ao ritmo das exportações, o sr. Jaime Guedes procura intensificar a produção dos cafés finos, de bebida suave, cuja procura nos mercados consumidores aumenta constantemente e cujos preços são altamente compensadores.

Efetivamente, nas zonas produtoras de tais cafés, em São Paulo e Sul de Minas, os preços atuais para os cafés moles são os mais altos conseguidos no último decênio. Isso demonstra, claramente, que os cafés de qualidade têm grande procura e saída facil, o que nos aconselha a aumentar, cada vez mais, sua produção. O próprio interesse da lavoura cafeeira está em procurar melhorar sempre a qualidade do produto enviado aos mercados. Foi-se o tempo em que era absorvido todo o café que se produzia. Hoje, os compra-

dores procuram, de preferência, os cafés finos, não fazendo questão de preço.

O próprio Ministro Sousa Costa, que ainda recentemente visitou a zona paulista produtora de cafés finos, vai iniciar uma campanha em favor do aumento da produção dos cafés de qualidade,

aconselhando a lavoura a se aproveitar de todas as possibilidades que lhe oferece a atual situação dos negócios cafeeiros. E os seus conselhos devem ser ouvidos com maior atenção, pois S. Excia. melhor do que ninguém, bem sabe o que mais convém aos altos interesses do país.

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N. 579 — de 30 de julho de 1938

Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, e atendendo ao que dispõe o artigo 67 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 1.º Fica criado, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) diretamente subordinado ao Presidente da República.

Art. 2.º Compete ao D. A. S. P.:

a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;

c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

d) selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;

e) promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;

f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;

g) auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção;

h) inspecionar os serviços públicos;

i) apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.

Art. 3.º O D. A. S. P. será constituído das seguintes Divisões:

Divisão de Organização e Coordenação — (D. C.).

Divisão do Funcionário Público — (D. F.)

Divisão do Extranumerário — (D. E.)

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento — (D. S.)

Divisão do Material — (D. M.)

Parágrafo único — Até que seja organizada a Divisão do Orçamento, a proposta orçamentária continuará a ser elaborada pelo Ministério da Fazenda, com a assistência de um delegado do D. A. S. P.

Art. 4.º O D. A. S. P. será dirigido por um Presidente, de imediata confiança do Presidente da República, nomeado em comissão.

Art. 5.º Cada Divisão terá um Diretor, livremente escolhido e nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, entre cidadãos que pos-